



PROCESSO ADM. Nº 001.0000046/2023

PARECER JURÍDICO

Assunto: Serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST). Dispensa de licitação. Simplicidade na contratação. Princípio da economicidade. Valor do contrato. Possibilidade.

1. Relatório

Versam os autos sobre a possibilidade de contratação de empresa especializada em serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), para a elaboração de laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT) e envio do evento S-2240, para atender as obrigações da Câmara Municipal de Piracuruca (PI).

O processo administrativo fora encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação da casa legislativa à assessoria jurídica, contendo o termo de referência, para a elaboração de parecer jurídico.

É o sucinto relatório.

2. Fundamentação

Como regra, para a administração pública contratar serviços ou adquirir bens, encontra-se obrigada a realizar prévio processo licitatório, por obrigação prevista no inciso XXI, artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e do artigo 2º da Lei Federal n. 8.666/93.

Essa obrigatoriedade de licitar funda-se em dois aspectos basilares, cujo primeiro é o de estabelecer um tratamento igualitário entre os interessados em contratar, como forma de realização do princípio da impessoalidade, da isonomia e da moralidade e, segundo, revela-se no propósito do poder público de alcançar a proposta que lhe seja mais vantajosa.

Todavia, existem certos casos em que o gestor público, embora podendo realizar o processo licitatório, em virtude da existência de determinadas situações, poderá dispensar a realização do certame (discricionariedade), como são os casos previstos no artigo 24 da Lei Federal n. 8.666/93, que são as hipóteses denominadas de licitação dispensável. Noutros casos, o administrador se encontrará diante de situações, ora materiais, ora jurídicas, que o impossibilitarão de realizar a licitação, como nos casos previstos no artigo 25 da Lei Federal n. 8.666/93, que são as hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Em outras palavras, quando a Lei prevê hipóteses de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) é porque admite que, por vezes, a realização do certame não levará à



melhor contratação pela Administração ou que, pelo menos, a sujeição do negócio ao procedimento formal e burocrático previsto pelo estatuto não serve ao eficaz atendimento do interesse público para a finalidade específica.

As hipóteses de dispensa de licitação estão previstas no artigo 24 da lei de licitações, citando, especialmente, os casos de dispensa para contratação de serviços e compras em razão do pequeno valor, previsto no inciso II:

Art. 24. É dispensável a licitação: (Vide Lei nº 12.188, de 2.010) (Vigência)

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998).

[...]

O inciso II do artigo 24 da lei de licitações remete ao valor da dispensa de licitação de serviços e compras para a alínea a do inciso II do artigo 23 do mesmo diploma legal, a seguir citado:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

[...]

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

a) convite - até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998) (Vide Decreto nº 9.412, de 2018) (Vigência)

[...]

Ocorre que, o valor presente na alínea a do inciso II do artigo 23 fora atualizado pelo Decreto Federal n. 9.412/2018, constando a referência para o cálculo da dispensa de licitação de serviços e compras na alínea a do inciso II do artigo 1º do decreto citado. Transcreve-se, a seguir:

Decreto de nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

[...]

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

[...]



Os dispositivos supracitados tratam da dispensa em razão do valor, definindo que não há necessidade de licitar, embora plenamente viável a competição para contratações que não ultrapassem dez por cento do valor máximo utilizado para modalidade convite.

Assim, a dispensa de licitação prevista no inciso II do artigo 24 da Lei Federal n. 8.666/93 possui o valor máximo de até R\$ 17.600,00, por representar 10% do atual valor da modalidade convite (R\$ 176.000,00).

No que interessa ao caso sob análise, em decorrência do inciso II do artigo 24 da lei de licitações, torna-se possível a contratação para a prestação dos serviços e compra de produtos por dispensa de licitação, desde que haja observância ao limite máximo estabelecido pelo diploma legal.

Nesses casos, a dispensa de licitação observa o princípio constitucional da economicidade, o que deve nortear todos os atos administrativos.

Importa ainda destacar que, no caso previsto no inciso II do artigo 24 da lei de licitações, não há a necessidade de justificação detalhada, visto que para essa situação o critério aplicado é o valor máximo a ser contratado.

Assim, a verificação da legalidade do procedimento administrativo torna-se mais simples e objetiva, dependendo tão somente o enquadramento do valor do contrato na faixa autorizada para a dispensa do certame, como leciona José dos Santos Carvalho Filho (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris. 2011. p. 231).

Ainda sobre a dispensa de licitação, cita-se a lição de Ronny Charles Lopes de Torres:

5. Dispensas de pequeno valor (inciso I e II). É importante lembrar que não é permitido o fracionamento da contratação, para sua utilização. Nesse sentido, o TCU determinou a certa entidade que evitasse a fragmentação de despesas, caracterizada por aquisições frequentes dos mesmos produtos ou realização sistemática de serviços da mesma natureza em processos distintos, cujos valores globais excedessem o limite previsto para dispensa de licitação a que se referem os incisos I e II, art. 24 da Lei n° 8.666/1993, atentando também ao fato de que o planejamento do exercício deve observar o princípio da anualidade do orçamento, conforme art. 2°, 'caput', da lei n° 4.320/1964 (TCU – Acórdão n° 2.011/2008 – 2ª Câmara). (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Licitações Públicas. Lei n° 8.666/93. Dicas para realização de provas de concursos artigo por artigo. 2. ed. ampl. rev. e atual. Salvador: Ed. Jus Podivm. 2010. p. 88).

Superada essa discussão da dispensa de licitação, da análise do termo de referência, constata-se a específica delimitação do objeto, versando ainda o detalhamento na justificativa para a contratação de empresa especializada em serviços de saúde e segurança do trabalho, para a elaboração de laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT) e envio do evento S-2240, para atender as obrigações da Câmara



Municipal de Piracuruca (PI), exigindo ainda a documentação para habilitação prevista na lei de licitações.

No tocante à minuta contratual, constata-se a regularidade da substituição por nota de empenho, visto que a realização do serviço e fornecimento dos itens ocorrerá de forma imediata e integral, não resultando em obrigações futuras, nos termos do §4º do artigo 62 da Lei Federal n. 8.666/93.

Por fim, infere-se a legalidade da dispensa de licitação para a contratação, desde que atendido os requisitos exigidos nos dispositivos legais constantes na Lei Federal n. 8.666/93, especialmente quanto ao limite do valor máximo de até R\$ 17.600,00.

3. Parecer

Diante do exposto, opina-se pela legalidade da contratação de empresa especializada em serviços de saúde e segurança do trabalho, para a elaboração de laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT) e envio do evento S-2240, para atender as obrigações da Câmara Municipal de Piracuruca (PI), tal como consta no termo de dispensa de nº 004/2023, com contratação direta, por dispensa de licitação, fundamentada no inciso II do artigo 24 da Lei Federal n. 8.666/93, mediante a observância dos demais dispositivos da lei de licitações e, especialmente, quanto ao limite do valor máximo de até R\$ 17.600,00.

Opina-se, ainda, pela regularidade do termo de dispensa, elaborado pela Comissão Permanente de Licitação.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Piracuruca-PI, 20 de março de 2023.

Rayane Márvin Ribeiro Brito
OAB-PI 13089
Assessora Jurídica da Câmara Municipal de Piracuruca